

## Um olhar mais atento para a educação infantil é o que o Conselho Nacional de Educação espera para os próximos anos

De acordo com as mudanças apresentadas pela Resolução nº 5/2009 do CNE, as crianças de 0 a 5 anos deverão ser atendidas em espaços apropriados para a educação infantil, não mais ambientes doméstico, além de alterações também na forma de avaliar o desenvolvimento do aluno. **Pág. ...**



Alunos da educação infantil da rede municipal de educação de Florianópolis

### Especialização em Educação Infantil

Gestores têm até dia 28 de fevereiro para validar as inscrições dos professores no curso de Especialização em Educação Infantil oferecida gratuitamente para profissionais da rede pública de educação

### Educação Infantil de Santa Catarina é responsabilidade dos municípios

A partir de 2010 a educação infantil de Santa Catarina será responsabilidade dos municípios. Todas as crianças de 0 a 5 anos deverão ser atendidas pelas redes municipais de ensino, não havendo mais o compartilhamento entre estado e município, conforme aprovação do projeto de Lei nº 13/2009. **Pág. ...**

### Especialização gratuita para professores das redes públicas

O Novo curso oferecido pela UFSC, em parceria com o MEC, SED e Undime/SC, será destinado a professores das redes públicas de SC, PR e RG. O Curso de Especialização "Gestão do Cuidado para uma escola que protege" será realizado na modalidade semipresencial. **Pág. ...**

### Ensino Fundamental de nove anos

Será que os municípios de Santa Catarina atingem 100% de implantação em 2010. **Pág. ...**

### Até que ponto a leitura influencia no processo de desenvolvimento educacional?

Fazemos parte de um mundo letrado que exige um cidadão atuante, familiarizado com os diversos usos da escrita no cotidiano. O processo da linguagem oral e escrita é construído por caminhos históricos e culturais. A escola tem como papel fundamental auxiliar no desenvolvimento do Educando. Da interação da escola com a comunidade é que ocorre a evolução e aquisição da compreensão de si e do outro e, conseqüentemente, do mundo no qual se está inserido. **Pág. ...**



**Editorial****Como cumprir as novas obrigações educacionais**

O desenvolvimento econômico e social de uma nação nos tempos atuais depende do investimento na formação e qualificação permanente de toda a população. Inúmeros são os exemplos de países com pequeno território, escassez de recursos minerais e naturais que conseguiram altos índices de desenvolvimento qualificando as pessoas e, outros, com riquezas imensas como o petróleo, que continuam subdesenvolvidos.

No Brasil, a falta de aplicação de recursos em educação, desde a sua colonização e, que a independência e a República não corrigiram, implica um monumental esforço coletivo para corrigir os déficits históricos. Neste sentido, a obrigatoriedade da educação tem sido elevada nos tempos mais recentes, passando de quatro anos para oito e, a partir deste ano, o ensino fundamental passa a nove anos de duração. Esta nova exigência antecipou o ingresso de crianças de seis anos de idade na escola e encontra-se em implantação em todo o Brasil. Nem mesmo assimilamos esta mudança, e nova alteração constitucional, a Emenda nº 59, obriga, a partir de 2016, as crianças com quatro anos de idade a ingressem na Educação Infantil.

Por enquanto, é do poder público a obrigatoriedade de oferecer vagas; a partir de 2016, os pais serão obrigados a matricular seus filhos. Na realidade, esta obrigatoriedade vai se estender até os 17 anos, tornando obrigatório também o ensino médio. Na prática, estamos incorporando as necessidades de escolarização da sociedade contemporânea acompanhando o que já é realidade nos países desenvolvidos.

Diante desse contexto, cabe-nos questionar de que forma as redes de educação suportarão tais mudanças, uma vez que a demanda de vagas aumentará e, conseqüentemente, serão necessários mais profissionais e também infraestrutura adequada, o que implicará necessidade de substanciais recursos orçamentários. A responsabilidade da educação de 0 a 5 anos é exclusivamente dos municípios e a educação fundamental, embora deva ser compartilhada com os estados, segue a tendência e deverá ser transferida aos municípios, ficando o ensino médio com os estados.

Infelizmente, apesar de todos os esforços que vêm sendo realizados, acreditamos que nenhuma cidade brasileira tem como aumentar significativamente a oferta de vagas na pré-escola, porque também precisa ampliar as vagas para crianças de 0 a 3 anos. É impossível atender a toda esta demanda sem grandes investimentos. A queda da Desvinculação das Receitas da União (DRU), restabelecendo a plenitude da vinculação de recursos federais para a educação, veio acompanhada desta nova exigência e não será suficiente para atender a esta demanda.

Se analisarmos o valor que a DRU restabelece-

rá para a educação - em torno de 10 bilhões de reais em 2011-, este valor teria que ser totalmente aplicado na educação infantil para atingirmos a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação, que prevê o atendimento de 50% das crianças de 0 a 3 anos em 2010; isto significa investimento de aproximadamente 8 bilhões de reais para implantação, ampliação e melhorias nas creches, já que o Brasil atualmente atende apenas 17% desta faixa etária. A obrigatoriedade da pré-escola deverá incluir até 2016, aproximadamente, 1 milhão de crianças com a aplicação de mais 2,2 bilhões de reais anuais, utilizando como base de cálculo o custo aluno elaborado pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) em 2007. O que se pode perceber, é que somente as necessidades da educação infantil absorveriam todos os recursos recuperados pela abolição da DRU. Pela mesma emenda, o Ensino Médio terá um número maior de alunos e também serão necessários maiores investimentos na rede de educação.

Como podemos verificar, estas novas exigências, embora necessárias, demandarão recursos orçamentários, além dos decorrentes da eliminação da DRU. As projeções aqui referidas são bastante modestas, pois, foram utilizadas médias nacionais; a repercussão para os municípios catarinenses deverá ser maior, uma vez que os salários são melhores.

Será difícil também, ampliar os recursos municipais para educação, pois em muitos casos já são aplicados recursos acima dos limites constitucionais, como é o caso de Florianópolis, que já utiliza mais de 30% dos recursos próprios na educação.

De qualquer forma, a derrubada da DRU foi uma grande conquista e deverá ser aplicada na ampliação da oferta de vagas, por isso, sugiro que todos os recursos dela oriundos sejam distribuídos diretamente aos municípios e Estados, pelo número de vagas ampliadas na educação infantil e média, não observando o modelo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que só destina recursos federais para alguns Estados do Norte e Nordeste, compensando a baixa arrecadação daqueles Estados. Agora, trata-se de cumprir um novo mandamento constitucional que obriga todos os municípios e estados brasileiros a ampliarem a educação obrigatória dos 4 aos 17 anos, sem esquecer as crianças de 0 a 3 anos

A educação no Brasil tem avançado significativamente, graças aos esforços de toda a sociedade, principalmente dos municípios que vêm ampliando suas responsabilidades educacionais. Em 2007, dos 4,6% do PIB aplicados em educação, os Estados investiram 1,9, os Municípios 1,8% e a União 0,8%. No entanto, é sempre bom lembrar que a educação é responsabilidade e compromisso de todos!

*Rodolfo Joaquim Pinto da Luz  
Presidente Undime/SC*

**Delegados da Conae receberão documentos por correio eletrônico**

A Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Educação (Conae), que será realizada entre os dias 28 de março e 1º de abril em Brasília, aprovou no dia 27 de janeiro, os documentos que vão nortear as atividades dos participantes nos quatro dias do encontro. O tema central da Conae 2010 será “Construindo um sistema nacional articulado de educação: Plano Nacional de Educação – suas diretrizes e estratégias de ação.

Aproximadamente 3 mil delegados participarão do evento, e para tanto, receberão documentos com as propostas para os debates. Todo o material será enviado dentro do prazo de 15 a 20 dias, a contar da data de aprovação, por meio de correio eletrônico.

O documento-base, com 120 páginas, apresenta os eixos temáticos enriquecidos com propostas encaminhadas pelas conferências estaduais realizadas em 2009, que defendem o tema central da Conferência “Construindo um sistema nacional articulado de educação: Plano Nacional de Educação – suas diretrizes e estratégias de ação”. Pelo regimento da Conae, fazem parte deste material as contribuições apresentadas por, pelo menos, cinco unidades da Federação.

De acordo com o Coordenador da Conferência, Francisco das Chagas, será desse debate abrangente que sairão propostas que devem se transformar em políticas de Estado, além de diretrizes para orientar a construção do próximo Plano Nacional de Educação (PNE), para vigorar no período de 2011 a 2020.

O tema Central da Conferência Nacional da Educação estará dividido em seis eixos, para facilitar as discussões: Papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade: organização e regulação da educação nacional; Qualidade da educação, gestão democrática e avaliação; Democratização do acesso, permanência e sucesso escolar; Formação e valorização dos profissionais da educação; Financiamento da educação e controle social; Justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade.

Para mais informações acesse a página <http://conae.mec.gov.br/>.

**Expediente:**

Presidente Undime/SC: Rodolfo Joaquim Pinto da Luz  
Vice- Presidente Undime/SC: Maurici do Nascimento  
Jornalista Responsável: Graziane Ubiali -SC3497/JP

**Contatos:**

Telefone: (48) 3251-6129 e Fax: (48) 3251-6129  
E-mail : [secretaria@undime-sc.org.br](mailto:secretaria@undime-sc.org.br) ou [assessoriaundime-sc@gmail.com](mailto:assessoriaundime-sc@gmail.com)  
Site: [www.undime-sc.org.br](http://www.undime-sc.org.br)



## A implantação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério é lei e deve ser cumprida

Sancionada em julho de 2008, a Lei n. 11.738/08 fixa o piso salarial nacional para os profissionais do magistério em R\$ 950,00, e determina que nenhum município pague ao professor de nível médio e que trabalha 40h semanais um valor inferior.

Aqui em Santa Catarina, o cenário está favorável para os profissionais do Magistério. A maioria dos municípios remunera seus servidores com salários acima do piso fixado. De acordo com as manifestações dos Secretários Municipais de Educação, o único problema levantado é como manter estes salários e os reajustes que devem ocorrer, já que os recursos disponíveis são limitados, e normalmente os municípios extrapolam o valor da folha de pagamento.

Mas se algum Secretário catarinense espera contar com a ajuda da União, isso não será tão fácil, apesar de estar previsto na lei. Conforme explica o advogado da Fecam, a União esquivase da sua obrigação de ajudar a todos os municípios brasileiros, concentrando as ações nas regiões Norte e Nordeste. Pelas atuais diretrizes do Ministério da Educação, nenhum município catarinense preencheria as condições necessárias ao recebimento da ajuda financeira da União.

### E o reajuste?

Segundo o Advogado da Federação Catarinense de Municípios –Fecam, Dr. Marcos Fey Probst, o valor de R\$ 950,00 foi uma espécie de reajuste de um valor já existente. Tudo começou com o Pacto Nacional pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação, assinado em 1994 por vários órgãos, que previa o piso em R\$ 300,00. Sendo assim o novo valor (R\$ 950,00) corresponde a atualização do valor antigo (R\$ 300,00). Está previsto na Lei, para que o valor estipulado em 2008 tenha reajuste anual, sempre no mês de janeiro, conforme percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno, referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano.

De acordo com o Dr. Probst, este mecanismo vem sofrendo várias críticas, por ser complexo e de difícil projeção para os gestores públicos, já que não possibilita a necessária projeção de despesas para o exercício seguinte. Ele salienta que o melhor seria a atualização anual, conforme variação de índices oficiais,

como por exemplo, o INPC, para que os gestores possam acompanhar a cada mês as variações, e facilitar uma projeção confiável de receita em face do aumento do piso salarial.

O Dr. Probst alerta ainda para a medida cautelar que o Supremo Tribunal Federal –STF concedeu na Ação Direta Inconstitucional – ADIN nº4167, em que até a decisão do mérito da ação, o piso salarial seja compreendido como o menor valor de remuneração do servidor. Assim, ao invés de vencimento, passa-se a adotar o critério de remuneração, que engloba o vencimento mais todas as vantagens pecuniárias, como gratificação, adicional, abono, indenização, entre outros. “Isto precisa ficar muito claro para todos os interessados: o valor do piso salarial, até decisão final do STF, refere-se à remuneração global percebida pelo servidor em determinado mês”, esclarece.

Ele lembra também, que o piso já sofreu atualização e está fixado em R\$ 1.024,67. Caso a remuneração dos servidores não alcançar este valor, o Poder Público deverá complementar a diferença através de abono ou outro instrumento remuneratório. “Para tanto, há necessidade de lei autorizando o chefe do Poder Executivo em pagar esta complementação”, ressalta Dr. Probst.

### Quem tem direito ao Piso?

O piso salarial nacional, fixado pela Lei nº 11.738/08, engloba todos os profissionais do magistério que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, ou seja, não somente os professores possuem o direito ao piso salarial, mas também os servidores públicos ligados ao suporte pedagógico.

No caso dos profissionais que não cumprem a jornada de 40 horas de trabalho, o cálculo do piso deve ser proporcional. Assim, para jornada de 20 horas, assegura-se a metade do valor do piso salarial, nos termos da Lei n. 11.738/08.

Se você, Secretário Municipal de Educação, estiver com alguma dúvida, procure as Associações de Municípios, a Fecam e até mesmo a Undime/SC, estas instituições estarão aptas a lhe ajudar.

**Professores  
que laboram  
40h semanais  
não podem  
receber valor  
inferior a  
R\$ 950,00:  
é Lei**

## Mais uma Especialização gratuita na área da educação

Transformar a escola num espaço que protege e cuida das crianças e adolescentes, além de instrumentalizar os educadores para atuar neste espaço, este é o objetivo do novo curso de Especialização “Gestão do Cuidado para uma escola que protege” oferecido gratuitamente pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) a professores de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

O projeto está sendo desenvolvido pelo Núcleo Vida e Cuidado (NUVIC/CED/UFSC), por meio de um Convênio com o Ministério da Educação e Secretaria de Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade, e contará com a parceria da Secretaria de Estado da Educação (SED) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina (Undime/SC).

O Curso será realizado na modalidade semipresencial e oferecerá 550 vagas distribuídas entre os estados de Santa Catarina (150 vagas), Paraná (150 vagas) e Rio Grande do Sul (250 vagas). Desta forma, o curso será destinado a professores das redes públicas de ensino (86% das vagas), além de atender a profissionais de outras áreas como Psicologia, Serviço Social, Enfermagem, Medicina e Pedagogia, de outras instituições da Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente (14% das vagas).

A seleção dos candidatos se dará em duas fases, uma pré-seleção, e posteriormente uma seleção com classificação. As inscrições para a primeira etapa serão abertas no dia 08 de fevereiro e seguem até dia 21 do mesmo mês.

Mais informações e o edital podem ser encontrados nos sites [www.ced.ufsc.br](http://www.ced.ufsc.br) ou



## Resolução nº 5 do CNE traz mudanças para a Educação Infantil



O profissionais da educação infantil devem se adaptar às mudanças impostas pelo CNE

Como já vinha sendo alertado pela Undime/SC e pela Federação Catarinense de Municípios – Fecam, a educação infantil deverá ser a preocupação de todas as redes municipais de ensino nos próximos anos.

Segundo o Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), Cesar Callegari, a educação infantil deve ser entendida como a primeira etapa da educação básica, e por isso deve ter o mesmo status de qualquer outra etapa da educação. Ele acrescenta que, em muitas partes do país, a educação infantil ainda é compreendida como algo menor, e isto deverá mudar a partir de 2010, com a nova Resolução.

A Resolução nº 5 do Conselho Nacional de Educação (CNE), publicada em Diário Oficial da União no dia 18 de Dezembro, que substitui a Resolução nº 1 de 1999, traz algumas mudanças para a educação infantil, dentre elas, a exigência de que o atendimento a crianças de zero a cinco anos ocorra em espaço de educação infantil e não mais doméstico, sendo responsabilidade do estado oferecer vagas, e das famílias de matricular seus filhos com idade para ingressar na educação básica. “A Emenda Constitucional nº 59 fixa prazo até 2016 para que todas as crianças de quatro anos sejam obrigadas a estar na escola. A matrícula delas passa a ser uma responsabilidade das famílias e do Estado”, lembra Callegari.

Segundo o presidente da Undime/SC, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, esta já vem sendo a preocupação debatida em muitos encontros com os Dirigentes Municipais de Educação e Prefeitos em Santa Catarina, visto que neste estado ocorreu a municipalização desta etapa da educação, em que o município, so-

mente ele, será responsável pela educação infantil. Pinto da Luz ainda ressaltava que muitos investimentos serão necessários, e por isso os municípios devem se preparar imediatamente para que nos próximos anos possam ofertar esta etapa da educação com qualidade e segurança. “A expansão da educação infantil terá que contar com o apoio técnico e principalmente financeiro da união e dos estados, pois os municípios não terão recursos suficientes para a manutenção sem o apoio dos outros poderes públicos”, ressaltava.

### “Educação infantil, 1ª etapa da Educação Básica”

Com as mudanças apresentadas pela Resolução nº 5, o sistema de avaliação da educação infantil também sofrerá alterações. Agora os alunos serão avaliados por professores, não com notas para aprovar ou reprovar, mas com indicativos que apresentem o nível de desenvolvimento da criança, para que se possa identificar as habilidades e as áreas onde há dificuldades, a fim de ajudar a superá-las. Desta forma, as escolas deverão rever seus projetos pedagógicos e ajustá-los a esta nova proposta, articulando os saberes da criança com a cultura o meio ambiente, tecnologia, entre outros.

A família e a escola deverão se ater a um ponto importante, a data de corte, ou seja, a data limite para a criança ingressar no ensino fundamental. Sendo assim, as crianças que completarem 4 ou 5 anos até dia 31 de março do ano da matrícula, permanecem na educação infantil, antes disso devem ser matriculadas na creche, conforme explica o parágrafo 2º do artigo 5º. Já as crianças que completarem 6 anos até dia 31 de março do ano de matrícula, deverão ingressar no 1º ano do ensino fundamental, lembra Callegari.

## Aprovada Lei da Municipalização da Educação Infantil

O Projeto de Lei nº 13/2009, que estabelece critérios para a Municipalização da Educação Infantil da rede pública e a movimentação dos servidores do estado, foi aprovado no dia 16 de dezembro em uma reunião conjunta das comissões de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), e Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), e recebe a nomenclatura de Lei Complementar nº 487.

A proposta aprovada é de origem do governo do Estado, já que a emenda sugerida pelo presidente da Comissão de Educação, Deputado Pedro Uczai, foi rejeitada pelo plenário. Desta forma, o projeto transfere a responsabilidade administrativa financeira e operacional do sistema de educação infantil para os municípios.

A emenda apresentada por Uczai, pretendia garantir que 0,5% dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (Fundosocial), o que equivale a cerca de R\$ 20 milhões, fossem destinados para os municípios investirem em novas creches. Segundo Uczai, este valor contribuiria para os municípios avançarem na universalização do ensino infantil.

Quanto à Municipalização do Ensino Fundamental, nada foi definido, já que muitas das interpelações feitas pelas instituições que representam os municípios, Undime/SC e Fecam, não foram aceitas. Estas instituições sugerem algumas alterações que deverão ser efetuadas no projeto, para que este seja aceito pela sociedade e pela rede municipal de educação.

### Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro

A Segunda Edição da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro 2010 terá lançamento no mês de março. Desta forma solicitamos a todas as Secretarias que atentem para as datas de inscrição que serão divulgadas em breve e iniciem os trabalhos com as escolas.

Salientamos que desde o início de 2009 a equipe organizadora está trabalhando para a realização do concurso. As formações para os técnicos multiplicadores já ocorreram, as multiplicações estão sendo realizadas e as escolas já estão recebendo materiais. A Undime/SC espera a participação de todos os municípios catarinenses nesta edição.



## A educação na primeira infância em Guabiruba

A Secretaria Municipal de Educação de Guabiruba, em parceria com todos os professores e diretores da educação infantil, desenvolve um trabalho com o objetivo de viabilizar a integração das linguagens expressivas, fundamentais ao desenvolvimento da criança, como o corpo, as artes, os tempos e espaços da educação infantil.

Segundo a Diretora de Educação do Município, Deize Inês Nasgiewitz, o projeto é uma ação de investigação que propicia a interação do sujeito aprendiz, com o meio e com o objeto de conhecimento, fundamental para o desenvolvimento da criança na educação infantil.

Para tanto, a equipe técnica da secretaria estuda e discute projetos, que trabalhem a pedagogia voltada à pequena infância. Como a organização das atividades pedagógicas dirigidas e toda a sua

extensão no atendimento às crianças, o brincar e o direito de viver a infância.

De acordo com a Secretária Municipal de Educação, Iracema Catarina Conceição Becker, a atividade lúdica é um exemplo que oportuniza o aprendizado, pois seu valor educacional provém da interação com objetos, com os outros e consigo mesmo. “À medida que os professores vivenciam as atividades com seus alunos, vão se fortalecendo e o atendimento fica mais produtivo e criativo”, conclui.

Para apresentar à comunidade o



Alunos da educação infantil de Guabiruba se apresentam para a comunidade

Assessoria de Imprensa Guabiruba

trabalho desenvolvido com as crianças da educação infantil, foi realizada a 1ª edição do projeto Educação Infantil em Ação – Mostra de Trabalhos e Atividade Artística, que ocorreu no dia 03 de dezembro de 2009.

### Inscrições para a Especialização devem ser validadas até o final de fevereiro

Os profissionais da educação que realizaram inscrições no Curso de Especialização em Educação Infantil, oferecido pelo Ministério da Educação em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina- Undime/SC, deverão ter suas inscrições validadas pelos seus gestores até 28 de fevereiro. Caso isso não ocorra, a inscrição será desconsiderada.

Esta formação é gratuita e oferece 3.210 vagas para profissionais de escolas e pré-escolas das redes pública e privada que mantêm convênio com o poder público. As inscrições foram realizadas até o dia 30 de janeiro, através da Plataforma Freire.

De acordo com Simone Medeiros, da coordenação de formação de professores da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, o curso é presencial, terá 360 horas/aula e duração de 18 meses, com início previsto para o primeiro semestre de 2010. Mais informações pelo e-mail secretaria@undime-sc.org.br ou especializacao.ufsc.ndi@gmail.com



<http://freire.mec.gov.br>

### FNDE firmará mais convênios para construção de creches em 2010

Após superar as expectativas para o ano de 2009, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE pretende firmar convênios para a construção de pelo menos 500 creches, além de repassar mais recursos para aquisição de mobiliários e equipamentos diversos, foi o que afirmou o coordenador-geral de infraestrutura educacional do FNDE, Tiago Radunz.

Em 2009, o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância, lançado há 2 anos, superou em 30% a meta estabelecida, investindo o total de R\$ 396,6 milhões. Ao todo foram firmados 603 convênios para a construção de 650 creches e pré-escolas, a previsão era de financiar 500 escolas. Além disso, mais de R\$ 100 mil foram destinados à aquisição de móveis e equipamentos. “Superamos a expectativa e conseguimos consolidar o maior programa do governo federal de estímulo à educação infantil”, comemora Radunz.



Centro de Educação Infantil de Ratores - Florianópolis, reformado e ampliado

Assessoria de Imprensa de Florianópolis



## Educação Infantil de qualidade, não apenas de quantidade

No Município de Concórdia criança é prioridade. Por isso a Secretaria Municipal de Educação zela pelo acesso à Educação Infantil de qualidade para as mais de 1800 crianças que frequentam os 15 Centros Municipais de Educação Infantil - CMEI pertencentes à Rede Municipal de Ensino.

Um exemplo deste cuidado é o Edifício das Crianças, como é nomeado o prédio em que funciona o CMEI Zilda Silveira Neves, inaugurado em agosto de 2008. O Edifício, localizado no centro da cidade, possui uma construção planejada para as especificidades do atendimento a crianças de 0 a 5 anos. Atualmente, estão matriculadas neste Centro, 252 crianças, que contam com 37 profissionais para atendê-las das 6h às 18h, de segunda a sexta-feira, em todos os meses do ano. Para melhorar o desempenho destes alunos, várias atividades são desenvolvidas e planejadas pelos professores e demais servidores que atuam neste espaço.

Dentre as ações pedagógicas, destaca-se o Programa “Brincando através do desenvolvimento das diferentes linguagens

na Educação Infantil”, que iniciou no ano de 2009 e funciona em todos os CMEIs do município. O programa tem como objetivo viabilizar à criança pequena

mento como um todo.

Desta forma, cada turma tem três horas/aula semanais, em que as crianças são atendidas por uma professora que desenvolve atividades diversificadas do projeto em todas as turmas, de acordo com a faixa etária de cada uma. Dentre elas, a psicomotricidade, a dramatização, música, artes e expressão corporal. Durante esta aula diferenciada, o professor titular da turma utiliza o tempo em que não está em sala, como horário de planejamento para organizar aulas, materiais e avaliar sua ação pedagógica.

De acordo com a equipe pedagógica da Secretaria Mu-

nicipal de Educação

de Concórdia, mensalmente os profissionais dos Centros Municipais de Educação Infantil promovem uma reunião pedagógica, na qual são discutidas as ações e planejamento coletivo em busca de uma educação de qualidade.



um maior acesso a atividades que desenvolvem diversas linguagens, bem como proporcionar aos alunos um planejamento diferenciado, que contemple seu desenvolvi-

## Itapoá informatiza corpo docente em 2010

portáteis, desta forma todos os registros da rede serão feitos por meio de um sistema de Software de Gestão Educacional, o que facilitará o acompanhamento e a sistematização da educação no município. “Através deste instrumento os professores poderão registrar os planejamentos, conteúdos, notas e faltas, ocorrências, dados dos alunos, das escolas, em fim, tudo ficará no sistema”, comenta.

A entrega dos computadores foi realizada no início do mês de fevereiro, e como estes equipamentos serão ferramentas de trabalho para os docentes, porém pertencentes a prefeitura, os professores assinaram um termo de responsabilidade. A Secretária explica que ao término da vida útil do computador, será feito um laudo técnico, e o mesmo será devolvido ao patrimônio do município para os procedimentos de baixa.

Valci ainda ressalta que neste ano a secretaria pretende climatizar as salas de aula e colocar retroprojetores nas mesmas, para que o professor possa levar sua aula preparada no notebook e exibi-la no telão, usufruindo positivamente das tecnologias.

Informatizar, agilizar os processos e atualizar tudo instantaneamente. É assim que iniciará o ano letivo dos professores do município de Itapoá, que receberão notebooks para aperfeiçoar os métodos e planejamentos educacionais da rede.

Segundo a Secretária Municipal de Educação de Itapoá, Valci Terezinha de Souza, todos os professores efetivos terão computadores



**Notebook será novo aliado dos professores de Itapoá no ano de 2010**



## Joinville testa programa de educação integral



Foto: Mauro Arthur Schlieck - SECOM Joinville

Alunos da Escola Municipal Hilda Anna Krisch disputam partida de Xadrez

### A didática do “Saber e Acontecer”

Nos encontros do programa “Saber e Acontecer” que tem duração de aproximadamente 1h30min são oferecidas oficinas de xadrez, ateliê de artes visuais, dança e coral. O trabalho de dança e canto resgatam o folclore e a música popular brasileira. O xadrez desenvolve a concentração e memorização, raciocínio lógico e tomada de decisões. A arte potencializa a percepção, sensibilidade,

reflexão, imaginação e exercita modos de expressão e comunicação. A dança integra e socializa, contribui para o crescimento do aluno. O canto proporciona conhecimento vocal, melhora dicção, afinação, a voz e desenvolve habilidades respiratórias. É possível que cada aluno participe de duas oficinas. As inscrições são abertas para todas as crianças interessadas. Cada aluno deve procurar o serviço de orientação da escola para se inscrever.

Desde setembro de 2009, a Secretaria de Educação de Joinville está testando um programa de educação integral destinado aos alunos da rede pública municipal. O programa “Saber e Acontecer – Educação Integral” é uma iniciativa de ofertar para as crianças da rede atividades sócio-culturais e desportivas no contraturno às aulas. Em 2010, o programa funcionará em 30% das escolas de Joinville tendo constante acompanhamento e avaliação. É ação articulada com a Secretaria de Assistência Social, Fundação Cultural, Fundação Municipal de Esportes e a Secretaria de Educação.

O Secretário de Educação, Marquinhos Fernandes, explicou que em todos os nove locais onde estão funcionando os polos do programa “Saber e Acontecer” é visível um novo colorido. “Estas atividades estão contempladas no nosso plano de governo. É uma ação desafiadora e cansativa, mas, que dá resultado”, avaliou. Ele creditou o sucesso do programa até agora ao empenho dos professores que abraçaram a causa. “Também é importante que os pais incentivem seus filhos a participarem”, finalizou. Durante este ano existe a possibilidade de ampliação do programa para outras escolas de Joinville.

Por Cleiton Bernandres  
Assessor de Imprensa

Secretaria Municipal de Educação de Joinville

## O Ensino Fundamental de 9 anos e sua implantação

O Ano de 2010 é o prazo máximo para que todos os municípios brasileiros implantem o Ensino Fundamental de nove anos de acordo com a Lei nº 11.274, de 2006. Segundo dados do censo escolar 2009, 5.130 municípios já implantaram o novo sistema, ou seja, 92% do total, os outros 434 municípios deverão fazê-lo ainda este ano.

Santa Catarina ainda não atingiu 100% dos municípios, mas está bem próximo; dos 293 municípios, apenas 2 não implantaram o novo sistema do Ensino Fundamental até 2009, Santiago do Sul e Arabutã, mas já estão preparados para atender os novos alunos a partir de 2010.

Segundo a Secretária Municipal de Educação de Santiago do Sul, Lorita Helena Campanholo Bordignon, durante todo o ano de 2009 a secretaria revisou a proposta pedagógica, para adequá-la ao novo sistema, e possibilitar o atendimento com qualidade em 2010.

Lorita informa que as matrículas para alunos novos já estão sendo realizadas de acordo com a Lei, e os alunos que já estavam no antigo Ensino Fundamental serão mantidos. A Secretária apresenta uma preocupação em relação à adaptação destes novos alunos. “Este aluno não é da educação infantil e também não é da anti-

ga primeira série, por isso teremos que respeitar a fase em que ele se encontra, e adequarmos o currículo para isto”, declara. Ela lembra que o município está investindo em novos materiais pedagógicos para facilitar este processo.

### Garantia de Vagas

De acordo com a Resolução nº 1, de 11 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional de Educação, todas as crianças com 6 anos de idade completos até a data de 31 de março, data de

corte nacional, deverão ser matriculadas no primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos. Nos casos em que a escola já matriculou a criança que completará 6 anos após a data de corte estipulada, deverão dar prosseguimento ao percurso educacional, com um acompanhamento especial, além, de avaliações do seu desenvolvimento global.

O mesmo procedimento deverá ocorrer para crianças com 5 anos de idade, independentemente do mês de seu aniversário, mas que no percurso educacional estiver matriculada e frequentando por mais de 02 anos a Pré-Escola; elas poderão em caráter excepcional, no ano de 2010, ingressarem no Ensino Fundamental.

Para as crianças que completarem 6 anos após a data corte, a matrícula deverá ser feita para a Pré-Escola.

### “A adaptação dos novos alunos preocupa os secretários de educação”

### Detalhes

- Alunos que ingressam na rede em 2010 pela primeira vez devem completar 6 anos até 31 de março;
- Crianças já matriculadas e que não fazem 6 anos até 31 de março: continuam na escola na série em que estavam
- Crianças que nunca estudaram e completam 6 anos após 31 de março: devem ser matriculadas na pré-escola
- Crianças de 5 anos que frequentam pré-escola há mais de 2 anos: cursam o 1º ano (excepcionalmente para 2010)



## A IMPORTÂNCIA DA LEITURA

Ler e escrever são habilidades básicas primordiais, que se nos primeiros anos da vida escolar não forem bem desenvolvidas poderão comprometer a vida futura. No entanto, ler e escrever são atividades complexas, exigentes, que desafiam e preocupam, tanto os alunos quanto os professores.

CAGLIARI, em seu livro *Alfabetização e Lingüística* destaca que “a leitura é, pois, uma decifração. O leitor deverá em primeiro lugar decifrar a escrita, depois entender a linguagem encontrada, em seguida decodificar todas as implicações que o texto tem e, finalmente, refletir sobre isso e formar o próprio conhecimento e opinião a respeito do que leu”. (1991, p32)

É de fundamental importância incentivar a expressão oral do aluno, valorizando-a independentemente da variante linguística em que ela se manifestar.

O aluno tende a desenvolver a capacidade de escrever textos, para isto a leitura de gêneros textuais é que proporciona subsídios para produzir seu próprio texto. A escola deve, pois, proporcionar a prática da leitura e escrita que desenvolvam as habilidades necessárias a dominá-las.

O que nos preocupa são as dificuldades que os alunos apresentam na interpretação de textos, na própria leitura e nas produções orais ou escritas. Não que os alunos não produzam, eles o fazem, mas seus textos possuem erros de escrita simples, problemas na construção das frases e na lógica entre parágrafos. Também apresentam idéias soltas, sem coerência, desvinculadas do tema proposto. Isso demonstra falta de atenção, de entendimento por parte do aluno e, porque não dizer, necessidade de repensar a nossa prática enquanto professores.

A leitura na escola garante ao indivíduo um espaço na sociedade para a interação sistemática com a informação vinculada cotidianamente, contribuindo para a formação de

cidadãos críticos e reflexivos. Sendo a leitura um dos meios mais fascinantes de enriquecimento e desenvolvimento da personalidade, é um passaporte para a vida e para a sociedade, permitindo um maior e mais eficaz desenvolvimento social. Aqueles que são leitores têm muito mais chances de usufruir de meios inovadores de conhecimento como a internet, do que aqueles que não têm contato com a leitura de livros, jornais e revistas. Contudo, é a leitura literária que alimenta a imaginação, a fantasia, criando as condições necessárias a pensar um projeto de vida com mais conhecimento sobre o mundo, sobre as coisas e sobre si mesmo.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, “Não se formam bons leitores solicitando aos alunos que leiam apenas durante as atividades na sala de aula, no livro didático, porque o professor pede. Eis a primeira e talvez a mais importante estratégia didática para a prática de leitura: o trabalho com a diversidade textual. Sem ela pode-se até ensinar a ler, mas certamente não se formarão leitores competentes”(PCN,1997,p.55).

Sendo assim, é preciso interagir com a diversidade de textos escritos, que façam inferência a partir do conhecimento prévio e o que é apresentado pelo texto, o que está atrás e diante dos olhos, recebendo incentivo e ajuda de leitores experientes. A leitura pode ser uma forma de poder sobre o mundo, desde que o leitor verdadeiramente compreenda o que leu.

*Escrito por Dirlei Cendron Bernardi  
Diretora da Escola Municipal de Tangará-SC.*

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PCNs, Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa/ Ministério da Educação, Secretaria da Educação Fundamental. 1ª Ed. Brasília: A Secretaria,1997.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização e Lingüística*. São Paulo, 1991.

## FNDE lança publicações sobre transporte escolar para secretários

Os Secretários Municipais de Educação que tinham dificuldades na execução do programa de transporte escolar, agora contarão com um suporte. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) lançou, nesta semana, cartilhas e manuais técnicos para ajudar os municípios na execução do transporte escolar. Todo o material está disponível no site do FNDE ([www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)) e ajudará as secretarias a planejar e regular as ações do programa.

As publicações foram divididas entre Manual de Planejamento do Transporte

Escolar Rural e Manual de Regulação do Transporte Escolar Rural, constituídos por uma cartilha do gestor e um manual técnico.

Os documentos do Manual de Regulação mostram como deve ser a elaboração das normas para a execução do programa, além de orientar sobre os aspectos que devem ser considerados nos processos de licitação para contratar serviços de terceiros. Ambas as publicações abordam o planejamento do serviço, além de indicar os passos para que haja uma boa execução e efetivo monitoramento dos processos.

## Saiba Mais :

### Programa Mais Educação:

Instituições de ensino que se inscreveram no programa Mais Educação têm prazo até 10 de fevereiro para informar, por meio do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (Simec), os planos de trabalho, o número de alunos que participarão da escola integral e as atividades a serem desenvolvidas no turno oposto ao das aulas regulares.

De acordo com o coordenador-geral de ações educacionais complementares da Secad, Leandro Fialho, além de duplicar o número de escolas urbanas com oferta de educação integral, este ano, o programa inicia um projeto-piloto com 110 escolas rurais do ensino fundamental. Em 2010, dez mil escolas devem participar. Entre elas, as 5.005 que estiveram no programa em 2009

### SIOPE : Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação

É um importante instrumento de controle social, na medida em que torna públicas as informações referentes ao investimento em educação. Além disso, contribui para a aplicação efetiva dos recursos públicos, em todas as esferas do governo.

O preenchimento do sistema é condição para o recebimento de transferências de recursos advindos de convênios entre municípios e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Portanto, após a data limite, os municípios que não apresentarem a declaração ou que não comprovarem aplicação mínima de 25% dos recursos em educação terão rapasses bloqueados.

Além do preenchimento do Siope 2009, é importante regularizar a situação nos casos em que há pendências relativas a anos anteriores. Consulte os dados referente a seu município, acesse o site <http://www.fnde.gov.br/siope/>.